

“Jornal do CDP”: a atuação da imprensa alternativa como produtora de memórias na cidade de Uberlândia (1989-1991)

Amanda Marques Rosa *

RESUMO: Nesta reflexão, busco investigar os significados históricos dos embates na produção de memórias em Uberlândia entre 1980-1990. O recorte compreende a atuação da imprensa alternativa, coordenada por uma equipe que mantinha, neste período, um projeto político e social de implantação do Centro de Documentação Popular. O objetivo é investigar os sentidos presentes no ato de produzir a imprensa alternativa, e avançar para entender esta prática social, como uma das formas de registro das lutas dos diversos movimentos sociais daquele momento e, portanto, produtoras de memórias.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Imprensa alternativa, Movimentos sociais

ABSTRACT: We intend to expose in this discussion the issue of the master's research developed by us. It sought to investigate the historical meaning of the clashes in the production of memories in Uberlândia between 1980-1990. Here, we make a cut out in order to analyze performance of alternative press, coordinated by a team which had, in this period, a political and social project of introduction of the Popular Documentation Center. The objective is to investigate the senses in the act of produce the alternative press, and advance to understand this social practice as one of register form of the struggles of various social movements that moment and, therefore producer of alternatives memories.

KEY-WORDS: Memory, Alternative Press, Social Movements

Este trabalho de pesquisa quer investigar os significados históricos presentes no interesse de alguns movimentos sociais de Uberlândia, em constituir estratégias de guarda e preservação dos registros de suas lutas, histórias e memórias, entre as décadas de 1980 e 1990. Salientamos que neste período, o interesse pela preservação de fontes/constituição de arquivos era ascendente no Brasil. O objetivo da pesquisa se pauta na necessidade de avançar em pesquisa realizada anteriormente¹, a partir da qual identifiquei uma ampla teia de relações

* Mestranda em História Social, Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, pelo Programa de pós-graduação do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista CNPq.

¹ A pesquisa por mim desenvolvida na elaboração da monografia para finalização do curso de História, tratava da experiência de formação do Centro de Documentação Popular (CDP) na década de 1980, na cidade de Uberlândia. Esta ação partiu de um grupo de professores e alunos da Universidade Federal de Uberlândia e de militantes de esquerda, que sentiram, dentre outras necessidades, a de constituir um acervo que referenciasse a memória daqueles tidos por eles como “os de baixo”, que trouxesse voz “aos silenciados”. Realizada a fundação do CDP, o desafio do grupo foi se estabelecer. Nesse intuito, se aproximaram dos sindicatos e logo expandiram as ações do Centro, agregando à função da “preservação”, as funções da “formação” e da “informação”. Transformou-se em centro de apoio e documentação, ao articular os diversos elementos e

sociais que se articularam em torno de um projeto – político e social – de constituição de arquivos e disputa pela produção de memórias dos movimentos sociais que, então, buscavam visibilidade na cena histórica. O chão social onde nascem minhas preocupações é a dinâmica do nosso presente, em que é crescente a preocupação entre as diversas classes sociais pelos mecanismos de guarda de materiais, o que expressa a disputa pela produção de memórias.

Quero investigar as outras pontas da teia de relações que compuseram essa trama social, de maneira a encarar a conjuntura presente naquele momento histórico, investigando a correlação das forças sociais² que então protagonizaram as disputas no campo político e, também, no campo da memória. O caminho que traço agora passa necessariamente por ampliar a visibilidade do que estava presente na cidade, em termos de políticas de preservação patrimonial, articulações político-partidárias, fortalecimento de outros grupos, que outrora estavam excluídos da cena política. Nesse sentido, partimos do suposto de que o próprio espaço, onde se travam estas disputas e se faz política, foi “ampliado”, no sentido de entender e perceber que a política não era exercida apenas nos espaços institucionalizados (SADER, 1988:20, 199, 310-311).

Ao investigar essa experiência, não podemos perder de vista a materialidade das memórias produzidas. Isso inclui pensar os sujeitos sociais, considerando suas práticas, enquanto expressivas de suas expectativas de vida, de valores constituídos em torno da noção do guardar, preservar e registrar, desenvolvidas em seu cotidiano, partilhadas dentro de determinado sindicato, comunidade, associação de bairro, partido político ou movimento popular. Em suma, qualquer investigação imbuída do procedimento historiográfico, precisa considerar os sujeitos históricos dentro de suas relações instituídas na cidade e com a cidade. Logo, devemos considerar as trajetórias de vida, os espaços sociais, nos quais as marcas dessas vivências foram deixadas, nas mais diversas linguagens constituintes da realidade.

Encaramos os embates pela produção de memórias enquanto práticas sociais carregadas de significados por aqueles que delas compartilharam. Isso nos faz investigar o social de maneira a evidenciar as contradições do processo histórico, valorizando as disputas e

projetos constituídos nessa esteira. O trabalho monográfico intitula-se “Centro de Documentação Popular: memórias e histórias, sonhos e utopias (Uberlândia, 1985-1995)”, defendido pelo Curso de História (INHIS/UFU), em 2008, sob a orientação da Professora Doutora Regina Ilka Vieira Vasconcelos.

² Dentre as forças sociais que participaram nessa disputa no campo da memória em Uberlândia destacam-se: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (ADUFU), Associação dos Servidores da UFU (ASUFUB), Comissão Pastoral da terra (CPT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Direitos Humanos, Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido dos Trabalhadores (PT), Sindicato dos Trabalhadores na Alimentação (STIAU), Sindicato dos Trabalhadores Comerciais, Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telefonia (SINTTEL), Associações de Bairro, Centro de Documentação Popular.

conflitos. Partimos do suposto de entender tais práticas como estratégias de resistências traçadas pelos movimentos sociais a uma concepção de História que se quer única, linear e hegemônica, e de memória como homogênea, que remete apenas àquilo que os grupos dominantes querem que seja lembrado.

Compartilhamos da noção de que a memória é campo de dominação e, portanto, de resistência também. Isso mostra a tensão contínua existente entre quem domina e quem sofre a dominação na cultura (aqui entendida como campo de forças) e, por conseguinte, na memória (KHOURY, 2004:119-120)³. Por assim conceber, construímos nossa narrativa histórica de maneira a assumir o “s” nas categorias “memória” e “história” como maneira de valorizar na historiografia, a pluralidade de vivências dos diversos sujeitos sociais, sem perder de vista os conflitos que marcam suas experiências. É também rechaço à tradição historiográfica que nega ao sujeito histórico a condição de agente da sua própria história e, principalmente, que nega a diversidade do social, tendo em vista que reconhece, reafirma e reescreve apenas uma História ao referir-se à pluralidade do social (FENELON, 2004:06).

O que proponho a ser pensado são as experiências comuns naquele momento histórico. Por conceber aquelas práticas de produção e de preservação de memórias dos movimentos sociais naqueles anos de 1980-1990 como práticas constituintes da realidade social, tomo o recorte temporal e espacial estabelecido, enquanto lugar e momento em que diversas experiências se encontram e se influenciam, dialogando umas com as outras. E, nessa perspectiva, relaciono as experiências vividas por grupos de Uberlândia, no que tange ao desejo de serem preservadas suas memórias e suas histórias, com as experiências que se davam em outros lugares no país, tais como a constituição de acervos que referenciassem as histórias e memórias de grupos populares. Cito, a título de exemplo, a constituição do Centro Pastoral Vergueiro (CPV), que se deu pela iniciativa do padre Giorgio Calegari, “com o objetivo de resgatar a memória de lutas e iniciativas populares, organizando-se aí um arquivo para subsidiar os movimentos que surgissem.” (SADER, 1988:148)⁴. Logicamente, tal relação só pode ser estabelecida considerando a historicidade de cada processo. Ainda que constituídos por sujeitos diferentes, com diferentes vivências, com suas especificidades, há em comum aqueles processos, além de ocorrerem no mesmo momento histórico, o contato de um com os outros com a participação numa rede de comum vivência que sugere o

³ A autora, ao dialogar com Hall, recupera o sentido político destas disputas, destacando a dialética da luta na cultura e pela cultura discutidas pelo referido autor (HALL, 2003: 247-264).

⁴ Sader analisa a criação do CPV, enquanto estratégia criada pela Igreja, como forma desta se reaproximar de seus públicos que haviam sido deslocados de seus centros organizadores, ganhando autonomia e encabeçando suas próprias ações. Essa tentativa de reaproximação se dava pela renovação da matriz discursiva da Teologia da Libertação, a qual criou as Comunidades Eclesiais de Base.

compartilhamento de um projeto social e Político. Assim, nos questionamos: Como se trava a comunicação entre aqueles diferentes processos de produção de memória dos movimentos sociais? O que ali se compartilha? Qual o terreno comum que os une? Podemos considerar, de fato, a existência de um projeto político e social para Uberlândia, para o Brasil?

É nessa busca de recompor as injunções históricas que convergiram para tais experiências que me volto também para um movimento dentro da própria academia, que foi a ampliação de temáticas de investigação da cultura na perspectiva da História Social, na década 1980 no Brasil, na busca por democratizar a história. Diante desta ampliação de temas que abordassem outros sujeitos – aliçados da historiografia tradicional – fazia-se necessária a constituição de órgãos que preservassem os suportes da memória destes grupos. Dentro dessa perspectiva, nos explicita Dea Ribeiro Fenelon:

[A História Social] *Mais preocupada com processos coletivos, com grupos voltados para interesse geral, consegue trabalhar na direção da democratização da História podendo, em algumas variantes, enfatizar concepções que busca explorar as contradições de classe como suposto de suas análises.* (FENELON, 1992:14)

Era preocupação da História Social dar visibilidade aos temas do debate político de seu tempo histórico, trazendo como objeto de análise a diversidade de sujeitos – os homens comuns que não tinham visibilidade na cena histórica –, porém com o mesmo rigor metodológico do conhecimento histórico. A História Social assumia um papel subversivo dentro daquela sociedade marcada pelos ataques que sofria a democracia. Via a “história de baixo”, e travava uma relação de busca por sujeitos de outras histórias, valorizando vivências e experiências: muito mais perturbadora nas investigações, sempre carregadas de incertezas e fragilidades, como é nosso presente. (FENELON, 1993:80)

É situando o debate no campo da História Social e na busca de ampliar o olhar sobre os materiais que se constituem evidências acerca das experiências dos diversos movimentos sociais em Uberlândia entre 1980-1990, em torno da luta por registrar suas histórias e preservar suas memórias (disputá-las com uma memória hegemônica), que me volto para análise de um conjunto de jornais produzidos pelos integrantes do Centro de Documentação Popular – CDP. Acredito que a análise do processo de produção de tais jornais possibilita outra leitura sobre os diversos significados do social, compartilhado por diferentes sujeitos. O objetivo é tratar as formas de se produzir a imprensa alternativa⁵; analisar interesses presentes

⁵ Chamo essa experiência de imprensa alternativa, por pensá-la na contramarcha da grande imprensa, porém ela não deixa de assumir características de imprensa popular tanto pelo modo como é produzida, quanto pelos objetivos que assumia, perante os movimentos sociais.

na utilização da linguagem impressa como modo de se estabelecer a comunicação com o público visado.

O trabalho com a imprensa sinaliza a oportunidade de avançarmos sobre outras linguagens; ler o social por meio de outras produções que dele emergem. Nesse sentido, compartilhamos da noção de Marcos Silva sobre linguagens, quando nos mostra que elas são também práticas concretas da vida social, e evidencia aspectos dos processos sociais nos quais foram produzidas e, portanto, não podem ser ignoradas pelo historiador (SILVA, 1986:59). Heloisa Faria Cruz é elucidativa quando, em diálogo com Raymond Williams, nos diz que a linguagem possibilita “desvendar os processos e práticas sociais que articula sua constituição/instituição em um momento histórico determinado”. (CRUZ, 2000:23). A linguagem é atividade constitutiva do processo social e indissolúvel da auto-criação humana e não mero reflexo da realidade (WILLIAMS, 1979:35). É concordando com essa noção de linguagem, que nos voltamos para análise da concretude dos elementos que materializam as disputas pela produção de memórias em Uberlândia e suas articulações com a história.

Nessa perspectiva de ampliar nossa noção de linguagem, nos voltamos para análise da imprensa encarando-a, segundo Cruz, como prática social instituinte e constituinte da realidade social, de modos de viver e pensar de determinado momento. (CRUZ, 2000:20). Sendo assim, não podemos atribuir a ela um papel de suposta neutralidade, ou apenas de órgão informativo. Sobre ato de informar, Marta Emísia Barbosa nos alerta que ele não pode passar como simples condição de “estar por dentro dos acontecimentos”. A veiculação da informação não pode ser vista fora de seu caráter ideológico. Assim ela explicita:

Embora informar represente uma dimensão da cadeia que produz comunicação, perguntar sobre o que pode significar ‘informar’ ajuda a dar alguns passos. Para além da ingênua idéia de estar por dentro dos acontecimentos, podemos também supor existir um outro espaço para o leitor: estar por fora como uma possibilidade. (...) Informar, ensinar, fotografar, difundir, tornam-se imperativos necessários à construção de ‘consensos de verdades’. (BARBOSA, 2006:266)

É com esse suposto de questionar as formas de produção daquela experiência do CDP em torno da produção dos jornais, que a vejo como uma das formas de linguagem criada pelos agentes sociais daquele período. Isso marca a experiência dos movimentos sociais em torno da disputa pelo registro de sua história, o que, por conseguinte, produziu memórias. Nesse sentido, Laura Antunes Maciel nos ajuda a pensar como dar “atenção às disputas e lutas que marcam a produção social da memória, considerando a imprensa um dos lugares privilegiados para a construção de sentido para o presente e uma das práticas de memorização do acontecer

social.” (FENELON, 2004:15) Minhas indagações sobre o papel social da imprensa me fazem voltar ao passado a fim de recompor as injunções históricas desse passado que agora proponho problematizar. Nesta fase da pesquisa, o diálogo se pauta com um pequeno conjunto de jornais, que naquele período procurava dialogar com questões sociais em discussão na sociedade. Meu intuito é desvendar os interesses e antagonismos vivenciados por diversos agentes dos movimentos sociais no momento dessa produção do “Jornal do CDP”, que posteriormente passou a se chamar “CDP Informa”.

Martin-Barbero nos possibilita pensar as novas maneiras de estarmos juntos, recriando a cidadania, ou constituindo a sociedade em associações de bairro, ou em emissoras de rádio e televisão comunitárias para recuperar memórias e tecer novos laços de pertença ao território (MARTIN-BARBERO, 1997:21). Sua reflexão nos permite pensar, guardadas as especificidades das diferentes historicidades dos processos sociais em análise, que a imprensa alternativa poderia representar para os movimentos sociais uma forma de reavivar suas memórias (e penso no desejo mesmo de produzi-las) e colocá-las em confronto entre o que era vivido no social e produzido na imprensa alternativa e aquilo que estava em disputa na sociedade, tanto em termos de valores sociais, morais e éticos, quanto de direitos à participação na cidadania. Em outras palavras, penso naquilo que estava em constante tensão na cidade de Uberlândia, sob pressão daquilo que o “Jornal do CDP” colocava nas suas pautas, seja em caráter de denúncia, seja com o objetivo de mobilizar as diversas classes de trabalhadores com quem estabelecia diálogo. Isso pode ser percebido no “Informe Geral” do primeiro número da referida publicação, no ano de 1989:

ABUSOS DO PDS/PDT/UDR EM UBERLÂNDIA

O prefeito Virgílio Galassi, resolveu aumentar o preço da passagem de 0,10 para 0,12 centavos novos. As entidades populares entraram com o mandato de segurança e conseguiram manter o preço de 0,10 centavos. (JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 01, n. 00, 1989)

Nosso esforço se dá no sentido de ler esse conjunto de evidências, como significados que estavam presentes no processo social vivenciado neste período. A leitura dessa linguagem representa para os historiadores uma forma de compreendermos as maneiras de inscrição desses sujeitos nas lutas de seu tempo histórico. Essa leitura só é possível porque toda linguagem deixa as marcas das disputas pelos espaços da cidade, pela conquista ou ampliação de direitos, pela participação efetiva nas políticas públicas, em suma na cidadania. É a partir dessa linguagem produzida, no horizonte dos movimentos sociais da cidade de Uberlândia

entre 1980 e 1990, que procuramos problematizar tal forma de inscrição no processo social, visto o caráter ativo da linguagem no processo de constituição do social.

Nosso objetivo é investigar os sentidos presentes no ato de produzir a imprensa alternativa, e avançar a fim de entender esta prática social. Se, por um lado, enfatizamos, nesta prática, sua faceta de nova forma de luta dos diversos movimentos sociais daquele momento, a qual é também forma de registro dessas lutas e, portanto, produtoras de memórias, por outro, não podemos ocultar o caráter desses jornais como órgão de comunicação. Assim, devemos lê-los na rede de comunicação que estabeleciam. Nessa perspectiva, Marta Emísia Barbosa é esclarecedora quando afirma a necessidade de lermos “a imprensa como parte de uma rede de comunicação que se constitui historicamente, numa correlação de forças opostas, em formação, e de interesses que se cruzam” (BARBOSA, 2006:268-269).

É encarando a produção dos jornais pelo CDP, enquanto prática social, e dialogando com autores que discutem sobre imprensa (seja seus modos de produção, seja suas formas de atuação) que questionamos as evidências para entender seus significados. Como eram feitos esses jornais? Quais as dificuldades técnicas? Como o trabalho era organizado em torno da sua produção? Qual era forma de financiamento e qual o custo dessa produção? Qual foi o tempo de duração dessa imprensa? Qual a periodicidade? Qual o formato dos jornais? Para qual público eram direcionados: os agentes de diálogo? Qual a construção dada aos fatos? O que e como era veiculado? Qual a linguagem utilizada? Quais os projetos em constituição na cidade que foram disputados por esse grupo? Como constituiu a realidade dos movimentos sociais? Quais memórias foram produzidas no embate entre memórias alternativas e hegemônicas? Quais as relações entre a produção da imprensa alternativa e a conjuntura, ou seja, como se articulava o projeto social traçado pelos integrantes do CDP e os objetivos dessa imprensa popular? Lembramos que os questionamentos foram produzidos no entrecruzamento das leituras feitas para se pensar a imprensa, portanto deve ser considerado o conjunto das leituras onde cada autor contribui com suas reflexões diante da especificidade das suas pesquisas.

Para além das questões que fazemos às evidências, temos a grande questão que fazemos a nós mesmos: como ler os significados daquelas relações sociais instituídas na cidade, incorporando a metodologia de trabalho com a imprensa, a partir da linguagem criada por esse conjunto de jornais, a fim de desvendarmos a intrincada rede estabelecida na cidade em torno da disputa de memórias?

Para tanto faço uma análise da publicação em questão. A produção foi de apenas cinco edições entre os anos de 1989-1991, sendo três primeiras publicadas no ano de 1989, a terceira e a quarta edição em 1990 e 1991, respectivamente. Pode-se observar uma alteração no título do jornal que até a terceira edição se intitulava “Jornal do CDP”, e a partir da quarta passou a ser denominado “CDP Informa”. É nesta edição que o jornal passa a contar com a participação de um jornalista (Francisco Medeiros), que assinava como jornalista responsável pela publicação. Isso evidencia que sua chegada trouxe mudanças ao trabalho do grupo, sugerindo-nos pensar que buscasse produzir outros significados sobre o que era “noticiado” para os leitores, na tentativa de dar à publicação o sentido de um órgão que viesse informar os trabalhadores sobre o que eles precisassem saber sobre suas lutas, enfrentamentos de classe, se inteirar das pautas dos sindicatos, em suma tentar criar um consenso entre os leitores. Convém lembrar que os redatores e coordenadores mantiveram-se os mesmos, ainda que alternados a cada edição: Ronan Hungria, Fuçacó Nomura, Marcelo e Élson, os quais eram integrantes do CDP e, à época, graduandos do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia.

Os jornais possuem um formato simples, semelhante a panfletos. Impressos em uma folha de papel A4 que, dobrada ao meio, criava quatro páginas. Esse formato foi utilizado nas três primeiras edições. Posteriormente - a partir da quarta edição-, foi alterado, mantendo a impressão em folha A4, porém dobrada em três partes, formando seis páginas. Penso que a simplicidade desse formato nos conta sobre as dificuldades de financiamento, que impossibilitavam uma produção mais aproximada dos padrões de jornais produzidos com tecnologias desenvolvidas à produção em larga escala. Na pesquisa monográfica, pude saber, por meio de em entrevista com um dos participantes do CDP (Ronan Hungria)⁶, que o Centro contava com financiamento voluntário, feito por sindicatos, partidos políticos e até mesmo entidades ligadas à preservação de memórias e de constituição de acervos documentais “populares” de outras cidades. Isso gerava dificuldades para o Centro, pois não tinham uma renda fixa, logo não conseguia planejar suas despesas e receita. Ronan Hungria ainda revelou que a organização do trabalho se realizava em caráter voluntário o que também trazia dificuldades. Outra informação levantada anteriormente, na mesma entrevista, é que os jornais eram produzidos em uma gráfica, disponibilizada pelos sindicatos.

O interesse do jornal era criar um elo de comunicação direta com os trabalhadores e com as entidades com as quais se articulava (sindicatos, partidos políticos, associações de

⁶ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

bairro). O sentido da comunicação pode ser percebido como um órgão que almejava a informação ao trabalhador e, sobretudo, sua formação para uma consciência de classe, numa perspectiva marxista-leninista, compartilhada por alguns membros do CDP, que compuseram o grupo nesse período de duração da publicação. Desse modo, a comunicação visada e estabelecida, passava pelo desejo em divulgar os sentidos do Centro perante a rede com a qual se articulava, e perante a sociedade, principalmente os trabalhadores que eram o público a ser “informado” e “formado” pelos integrantes do CDP. O projeto social e político veiculado pelo “Jornal do CDP” trazia em seu bojo a produção de significados em torno de uma classe trabalhadora consciente e unida, sob a organização sindical, como podemos ler:

Nesse contexto, a FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO dos trabalhadores têm um peso fundamental e uma necessidade básica e estratégica que devem estar articuladas com o processo organizativo como um todo – não podendo estar à margem ou paralelo às lutas e as conquistas obtidas cotidianamente – rumo ao seu projeto histórico de uma sociedade Socialista e Democrática. (JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 01, n. 00, 1989.)

Em outra edição, podemos observar ainda:

Entendemos que não cabe a nós do CDP ‘ensinar’ como devem ser feitas as lutas dos trabalhadores, mas cabe a nós numa concepção de massa, democrática e socialista contribuir nas sistematizações e no registro das várias formas de lutas dos trabalhadores e despossuídos em geral. (JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 01, n. 02, out.1989.)

Assumindo o papel de órgão de informação, veiculava nas matérias questões mais particulares acerca da estruturação do Centro: dificuldades, conquistas, estratégias de financiamento, balancetes (com receita e despesas) a cada ano, as articulações com outras entidades do país envolvidas com a política partidária e sindical e com a preservação de materiais produzidos pelos trabalhadores; questões cotidianas, como atividades a serem realizadas pelo Centro com finalidade de mobilizar os trabalhadores em torno de seus projetos políticos e sociais para a cidade (isso inclui tanto reuniões para debates e palestras quanto, festas como espaço de sociabilidade das diversas classes de trabalhadores com os quais se articulava); questões referentes à política da cidade de Uberlândia, denúncias de abusos de poder, situações de enfrentamento entre trabalhadores e patronato, eleições sindicais em diversos sindicatos da cidade. Também trazia em suas páginas questões mais gerais relacionadas aos acontecimentos políticos nacionais, como as eleições presidenciais, articulações de sindicatos em outros locais do país. As matérias eram trazidas em linguagem didática e simples, algumas vezes assumindo um humor ironizado e mesmo coloquialismos.

Outro elemento a ser considerado são as charges, que remetem às mensagens de união entre trabalhadores, desejo de prosperidade dentro do projeto político e social veiculado, desejo pela informação acerca de processos políticos em disputa nos sindicatos, eleições municipais ou federais, e de formação, talvez com o objetivo de formar uma classe proletária unida, consciente e forte, na concepção dos redatores da publicação.

São muitas questões que podemos articular ao ler os jornais. Interrogando as evidências, conseguimos “responder” algumas das questões; para outras, será necessário o aprofundamento da reflexão no diálogo necessário entre teoria e evidência, e mesmo na reformulação das questões, pois algumas vezes nossas questões não são adequadas às evidências (THOMPSON, 1981:48). Nosso interesse nesse texto é explicitar questões e dúvidas para o debate, sobre o modo de organização de um projeto político, que, dentre seus mecanismos de expressão no social, utilizou-se da imprensa alternativa. Com isso, buscamos compartilhar avanços, angústias e dificuldades, que possibilitem o aprofundamento da reflexão e da investigação dessa rede de relações sociais estabelecidas em torno da disputa pela memória, onde diferentes projetos de registro e guarda de materiais estavam em disputa na cidade, produzindo memórias, às quais nos voltamos para lermos seus significados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Marta Emísia. Sobre história: imprensa e memória. In: MACIEL, Laura Antunes et alii (Orgs). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 262-272.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC/fapesp, Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. p. 15-25; p.165-178.
- DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *A Revolução Imprensa: A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996. p.11-17; p.195-223.
- FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.p. 5-13; p.14-40; p.94-115;p.116-138.
- FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p. 63-90, dez. 1993.
- _____. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil 2003, p. 247-264.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Tempo da Imprensa Alternativa*. São Paulo, Scrita, 1991. p.13-28.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997. p. 13-21; p. 232-240.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992.

SILVA, Marcos A. da. O trabalho da linguagem. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH. v.6, n. 11, set. 1985/fev.1986. p. 45-61.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. IX-XVIII; p. 1-8.

THOMPSON, Edward. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-61; 180-201.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.17-49; p. 98-117.